

**TOMADA DE POSSE DO
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS¹**

José F. F. Tavares

¹ Palácio de Belém, 7 de outubro de 2020.

Senhor Presidente da República,
Senhor Presidente da Assembleia da República
Senhor Primeiro-Ministro
Senhores Presidentes dos Tribunais Superiores
Senhores Membros do Governo
Senhora Procuradora-Geral da República
Senhora Provedora de Justiça
Senhores Presidentes do Tribunal de Contas que me antecederam
Senhor Vice-Presidente do Tribunal de Contas
Demais Autoridades presentes

Minhas Senhoras e Meus Senhores

É com profundo sentido de interesse público que perante Vossa Excelência Senhor Presidente da República assumo o cargo de Presidente do Tribunal de Contas de Portugal, para que se dignou nomear-me, sob proposta do Governo, nos termos constitucionais.

É uma honra presidir a uma Instituição que acaba de completar 630 anos de História e que dirige a sua atividade a mais de 6000 entidades públicas através de um modelo de funcionamento colegial.

Começo por exprimir o meu apreço, respeito e amizade pelos anteriores Presidentes do Tribunal com quem tive a honra de trabalhar, em diferentes funções e condições:

- O Senhor Professor António de Sousa Franco, que aqui recordo com muita saudade;
- O Senhor Presidente Alfredo José de Sousa;
- O Senhor Presidente Guilherme d' Oliveira Martins;
- E o Senhor Presidente Vítor Caldeira.

A todos o Tribunal muito deve, na sua senda de evolução permanente e serviço ao País.

Não esqueço que exerci, durante muito tempo, as funções de Diretor-Geral do Tribunal. Estas funções permitiram-me conhecer os Senhores Conselheiros e Procuradores-Gerais Adjuntos e o inexcelável profissionalismo dos Dirigentes e Trabalhadores que apoiam o Tribunal de Contas, na Sede e nas

Secções Regionais dos Açores e da Madeira, e que trabalham incessantemente para promover um adequado controlo das finanças públicas. A todos manifesto o meu agradecimento e a grande esperança e confiança que neles deposito para o Futuro.

O meu compromisso alicerça-se na solidez deste percurso profundamente enraizado no serviço e interesse público, que se combina com um ímpeto e desejo de modernidade, inovação e evolução institucional.

Um Tribunal que conjugue tradição e institucionalismo com a procura de modernidade e excelência, numa sistemática busca de respostas direcionadas para a boa governação pública, a prevenção do desperdício, da fraude e da corrupção.

Um Tribunal de Contas que exerça com plenitude as suas várias valências de controlo financeiro: a fiscalização prévia, a concomitante e a sucessiva, a que acresce a capacidade de efetivar responsabilidades financeiras.

Um Tribunal de Contas que se fortaleça e qualifique, com meios que lhe permitam avançar para novos desafios, em que avulta a já preconizada certificação legal da Conta Geral do Estado, mas que passa também pelo avanço em diversos domínios da auditoria pública.

Um Tribunal de Contas que atue com sabedoria e solidez, nos tempos que estamos a passar, garantindo um controlo da gestão dos recursos públicos e da utilização de todos os recursos públicos, sejam nacionais ou oriundos da União Europeia.

A todos os Senhores Juizes Conselheiros que compõem o Tribunal manifesto a minha vontade de continuar a construir soluções e consensos a bem da missão que nos está constitucionalmente cometida. O Tribunal, concretizado em cada um dos Senhores Conselheiros e aglutinado no colégio, é uma Instituição central do Estado de Direito. E é um Tribunal uno nas suas 5 Secções.

Dirijo-me igualmente aos Senhores Procuradores Gerais Adjuntos, cuja ação no Tribunal é da maior importância e enriquecimento.

Promover a prestação de contas, a qualidade e a responsabilidade nas finanças públicas é a nossa visão, aquilo que pretendemos atingir. Independência,

Integridade, Responsabilidade e Transparência são os valores que nos norteiam.

Fortalecer-nos-emos pela qualificação, partilha de experiências e conhecimentos com as instituições congéneres no plano europeu e internacional e, em particular, no âmbito das Instituições congéneres da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Nos Estados modernos, a função de controlo financeiro por um Tribunal de Contas ou Instituição congénere é uma das melhores garantias da gestão da coisa pública. Ela é exigida pelo legítimo interesse dos contribuintes em conhecer com a maior transparência possível o destino dos seus impostos.

Ao longo do meu mandato e através de ações concretas, sempre fundadas no diálogo, sempre lutarei por um Tribunal independente, imparcial, isento, com altos padrões éticos e profissionais, atento ao Mundo que o rodeia e com um forte sentido pedagógico relativamente às entidades públicas sob a sua jurisdição e controlo.

Uma Instituição sólida, geradora de confiança e relevante na sua ação!

É nessa convicção que assenta o compromisso de honra que acabo de tomar, de cumprir com lealdade as funções que me são confiadas.

Agradeço, muito sensibilizado, a presença de Vossas Excelências.

Muito obrigado!

